

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

CNPJ Nº 01.181.521/0001-55

Endereço: Av. Assis Brasil, 3.940, Porto Alegre/RS - CEP: 91060-900



Relatório da Administração

Em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulgamos as Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A evolução das principais contas patrimoniais, quando comparadas com o exercício anterior, decorre do esforço empreendido pelo conjunto de Cooperativas de Crédito Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e quadro de executivos no processo de modernização e profissionalização do empreendimento.

Desempenho Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. apresentou um Lucro Líquido de R\$ 84 milhões no exercício de 2020, representando um decréscimo de 10% quando comparado ao lucro de R\$ 94 milhões em igual período de 2019. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido atingiu 5,6% em 2020. O ativo total do Banco teve um acréscimo de 19,7% quando comparado com o exercício anterior, representando um aumento de R\$ 11 bilhões. Parte dessa variação decorre do crescimento dos repasses interfinanceiros no montante de R\$ 8 bilhões (48%) e da carteira de crédito, com um incremento de R\$ 2,8 bilhões (24%). A carteira com títulos de valores mobiliários aumentou em R\$ 2 bilhões (14%) e em contrapartida as aplicações interfinanceiras de liquidez decresceu em R\$ 3,1 bilhões (42%).

No passivo e patrimônio líquido as variações encontram-se, principalmente, nas contas de depósitos (R\$ 6,6 bilhões) e de obrigações por empréstimos e repasses (R\$ 3,4 bilhões), variando 31% e 30%, respectivamente. Os recursos de aceites e emissão de títulos também tiveram um incremento de R\$ 2,1 bilhões (104%) e em contrapartida as captações no mercado aberto tiveram um decréscimo de R\$ 2,6 bilhões (16%) quando comparado com o exercício anterior.

Com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital do Banco e acompanhar o crescimento dos Ativos, com ênfase ao aumento da Carteira de Crédito, foi realizado no mês de setembro/20 um aporte via caixa no Capital Social do Banco no valor de R\$ 120 milhões. O aumento foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, tendo em vista a criação do limite de capital autorizado para futuros aumentos de capital social, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária. A homologação deste aporte no Banco Central ocorreu ao longo do mês de novembro/20.

A partir das captações em moeda externa (*loan*) realizadas ao longo do exercício de 2020, efetivamos operações de derivativos para proteção da exposição cambial. Possuímos também contratos de derivativos para proteção de títulos prefixados e registrados na categoria disponíveis para venda por meio de DIs futuros junto a B3. Essas operações seguem a adoção da política de *Hedge Accounting* e entendimento da Circular 3.082/02 do Banco Central.

Efetivamos uma reavaliação dos ratings da nossa carteira de crédito e no mês de dezembro adotamos percentuais de provisão adicionais para os ratings AA e B, superiores àqueles definidos pela Resolução 2.682/99 do Banco Central. Esse movimento foi realizado em conformidade com o entendimento das normas internas, políticas externas e ambiente econômico. Com essas avaliações, tivemos um impacto no resultado do exercício de R\$ 14 milhões para Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

Destaque em Projeções Econômicas

As projeções de indicadores econômicos realizadas pela Gerência de Análise Econômica do Banco Cooperativo Sicredi tiveram destaque no ranking anual de projeções econômicas 2020 divulgado pelo Banco Central. Pelo segundo ano consecutivo, fomos a instituição que teve maior presença entre os indicadores e, no ranking anual, somos a única a aparecer em cinco categorias. Ao longo de 2020, figuramos em todas as divulgações mensais do Top 5 do BC, e o resultado do ranking anual reflete essa constância e precisão.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano, seguimos enfrentando a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no país. O Banco Cooperativo Sicredi esteve ao lado das Cooperativas do Sistema Sicredi, se comprometendo na operacionalização de programas para suportar o atendimento das necessidades dos associados e comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a missão do Sicredi: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que

possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Por meio do Banco Cooperativo, alinhamos a estratégia dos meios eletrônicos de atendimento (*caixas automáticos, internet banking, aplicativo*) que suportaram a atuação das cooperativas e viabilizaram muitas das demandas dos associados. São canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências, ponto a se destacar em um ano marcado pelo distanciamento humano. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas, trazendo ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Com relação a linhas de crédito, por meio do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) totalizamos 6.798 operações, R\$ 171 milhões em salários financiados, beneficiando 117.053 mil funcionários. Com o PESE, buscamos atender empresários e sociedades empresariais e cooperativas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 50 milhões, financiando a folha de pagamento dos seus funcionários. Já via Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMPE), linha que apresentou uma grande demanda em função das condições muito favoráveis aos micros e pequenos empreendedores para capital de giro, realizamos 40.605 operações, liberando um volume de R\$ 2.003 bilhões.

No Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC FGI), foram 11.244 operações que corresponderam a R\$ 2.733 bilhões. O programa facilitou o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas com a possibilidade de inclusão de garantia do FGI para até 80% do valor financiado.

Ainda, possibilitamos a prorrogação das parcelas (*Stand Still*) de abril a setembro de 2020 sem alterar o vencimento original da operação, sendo o valor dessas parcelas redistribuído nas demais. Esta prorrogação foi possível para algumas linhas, como BNDES Automático Agropecuário (linha não equalizada); BNDES Automático MPME; BNDES Caminhoneiro; BNDES Giro; BNDES Pequenas Empresas; Finame BK Aquisição MPME; Finame BK Aquisição Caminhões e Ônibus; Procaminhoneiro (Somente com TJLP); Prorenova; Progeren; Cartão BNDES; Procrapred. Totalizamos 3,1 mil operações e R\$ 69 milhões de valor prorrogado.

Também viabilizamos as prorrogações de operações das linhas com recursos do BNDES, determinadas na resolução número 4.816, publicada no dia 13 de maio.

Nossos colaboradores, seguem atuando no modelo de trabalho remoto, primando pela segurança e integridade da saúde de todos. Dentre as ações que apoiam o desenvolvimento do trabalho em casa, foram disponibilizadas cadeiras e demais materiais de escritório para uso em casa; disponibilizamos auxílio internet para colaboradores que precisaram fazer a contratação desse serviço; e incluímos um adicional de auxílio alimentação para aqueles que têm menor renda. Além disso, aperfeiçoamos a comunicação entre a liderança do Banco e todos os colaboradores através de *lives* periódicas.

A Administração fez uma avaliação até o momento dos potenciais riscos e impactos e estes estão refletidos nesta demonstração financeira, contudo não há como mensurar os impactos futuros da pandemia com exatidão, por isso a Administração monitora constantemente os potenciais efeitos em suas operações.

Entendemos o cooperativismo de crédito como um modelo de negócios capaz de contribuir com o desenvolvimento econômico do país e queremos seguir fazendo a diferença neste momento de desafio para construir uma sociedade mais próspera.

Agradecimentos

Buscamos, a cada novo dia, sermos melhores do que fomos ontem. Sempre com o foco de exceder as expectativas, entregando os melhores produtos e serviços aos nossos associados e o melhor ambiente de trabalho e crescimento aos nossos colaboradores.

Nossa sociedade passa por um momento difícil, porém a continuidade dos nossos negócios só é possível pelo quadro qualificado de colaboradores que nosso Banco e demais empresas que compõem o Sicredi possuem, bem como a confiança dos nossos associados em manter um relacionamento íntegro e de benefício mútuo.

A todos, nosso agradecimento e *Juntos* seguiremos fazendo a diferença.

A ADMINISTRAÇÃO

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2021

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Disponibilidades	4	369.462	177.838	369.462	177.844	Depósitos e demais instrumentos financeiros		65.673.029	54.845.905	65.686.613	54.849.242
Instrumentos financeiros		66.868.568	55.931.244	67.062.282	56.117.704	Depósitos	13	28.229.510	21.577.742	28.219.873	21.555.600
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.287.713	7.465.018	4.287.713	7.465.018	Captações no mercado aberto	13	13.472.602	16.069.345	13.472.602	16.069.345
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	3.080.921	3.062.575	3.080.921	3.062.575	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	4.157.403	2.033.967	4.157.403	2.033.967
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	15.151.809	13.196.730	15.345.523	13.375.057	Obrigações por empréstimos	15	2.500.900	1.319.207	2.500.900	1.319.207
Carteira própria		2.795.153	1.300.684	2.988.867	1.479.011	Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	15	12.465.841	10.217.383	12.465.841	10.217.383
Vinculados a operações compromissadas		11.850.507	10.569.169	11.850.507	10.569.169	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	48.267	61	48.267	61
Vinculados ao Banco Central		-	85.699	-	85.699	Outros passivos financeiros	16	4.798.506	3.628.200	4.821.727	3.653.679
Vinculados a prestação de garantias		459.953	1.241.178	459.953	1.241.178	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	17	27.976	21.305	28.129	24.045
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	46.196	-	46.196	-	Obrigações fiscais diferidas	20b	-	2.944	670	3.594
Repasses interfinanceiros	8	24.745.879	16.710.124	24.745.879	16.710.124	Outros passivos	18	367.873	269.769	443.450	340.037
Operações de crédito	8	14.486.086	11.690.545	14.486.086	11.690.545	Patrimônio líquido	19	1.513.189	1.304.999	1.513.189	1.304.999
Outros ativos financeiros	9	5.138.175	3.812.830	5.138.175	3.820.963	Capital social		1.458.974	1.253.974	1.458.974	1.253.974
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.e	(22.015)	(6.578)	(22.015)	(6.578)	Reservas de lucros		55.281	51.063	55.281	51.063
Créditos tributários	20b	41.158	31.289	41.599	32.881	Outros resultados abrangentes		(1.066)	(38)	(1.066)	(38)
Outros ativos	10	123.518	94.408	136.649	132.017	Participação de acionistas não controladores		-	-	96	94
Investimentos em participações em controladas	11	171.303	202.008	-	-	Participação de acionistas não controladores		-	-	96	94
Outros investimentos		642	558	672	609	Total do passivo e do patrimônio líquido		67.582.067	56.444.922	67.672.147	56.522.011
Imobilizado de uso	12	6.838	6.538	60.894	59.903						
Intangível	12	578	1.039	589	1.053						
Total do ativo		67.582.067	56.444.922	67.672.147	56.522.011						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado			
		2º Semestre de 2020	2020	2019	2020			2019	2º Semestre de 2020	2020	2019	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		1.400.725	3.291.297	3.214.488	3.294.677	3.221.987	Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	8.c	934.903	2.058.315	1.725.983	2.058.315	1.725.983	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		84.459	139.646	143.084	143.355	147.472
Resultado de instrumentos financeiros	7.c	424.009	1.079.218	1.345.997	1.082.598	1.353.496	Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos						
Resultado de operações de câmbio		14.832	83.442	24.785	83.442	24.785	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		(84.383)	3.188	5.888	3.188	5.888
Resultado de aplicações compulsórias		26.981	70.322	117.723	70.322	117.723	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito						
Despesas da intermediação financeira		(813.480)	(2.215.433)	(2.311.477)	(2.215.428)	(2.311.061)	Depreciações e amortizações		963	13.960	4.960	13.960	4.960
Operações de captação no mercado		(575.103)	(1.348.797)	(1.877.944)	(1.348.792)	(1.877.528)	Perda na alienação de imobilizado		812	1.653	1.617	4.453	3.964
Resultado de empréstimos e repasses		(187.232)	(714.197)	(377.374)	(714.197)	(377.374)	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		68	84	170	317	192
Resultado de instrumentos financeiros e derivativos	7.c	(51.145)	(152.439)	(56.159)	(152.439)	(56.159)	Juros sobre instrumentos híbridos de capital		6.698	6.671	(427)	4.084	(1.162)
Resultado da intermediação financeira		587.245	1.075.864	903.011	1.079.249	910.926	Juros sobre instrumentos híbridos de capital		(44)	(311)	(229)	(311)	(229)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(963)	(13.960)	(4.960)	(13.960)	(4.960)	Resultado de participação em controladas		(3.859)	(10.485)	(9.172)	-	-
Resultado bruto da intermediação financeira		586.282	1.061.904	898.051	1.065.289	905.966	Lucro líquido ajustado no exercício		4.714	154.406	145.891	169.046	161.085
Outras receitas (despesas) operacionais		(490.900)	(901.428)	(734.307)	(899.982)	(735.891)	Variáveis nos ativos e passivos						
Receitas de prestação de serviços	23	47.573	99.521	99.459	846.229	768.609	(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(339.615)	(444.063)	1.397.445	(444.063)	1.397.445
Despesas de pessoal	24	(42.401)	(83.244)	(82.926)	(89.027)	(92.107)	Redução (aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos						
Outras despesas administrativas	25	(544.732)	(1.032.958)	(895.801)	(1.699.073)	(1.502.123)	(Aumento) redução em depósitos compulsórios no Banco Central						
Despesas tributárias		(31.929)	(60.521)	(49.230)	(123.654)	(84.967)	(Aumento) em repasses interfinanceiros						
Resultado de participações em controladas		3.859	10.485	9.172	1.973	-	(Aumento) em operações de crédito						
Outras receitas operacionais	26	139.676	301.466	317.410	299.830	310.963	(Aumento) em outros instrumentos financeiros						
Outras despesas operacionais	27	(62.946)	(136.177)	(132.391)	(136.260)	(136.266)	Redução (aumento) em provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito						
Resultado operacional		95.382	160.476	163.744	165.307	170.075	(Aumento) em outros ativos e créditos tributários						
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		95.382	160.476	163.744	165.307	170.075	Aumento em depósitos						
Imposto de renda e contribuição social	20	(33.004)	(55.289)	(49.314)	(58.996)	(53.697)	(Redução) aumento em captações no mercado aberto						
Imposto de renda		(23.893)	(37.159)	(32.619)	(39.679)	(35.536)	(Aumento) em recursos de aceites e emissão de títulos						
Contribuição social		(20.163)	(29.354)	(19.730)	(30.351)	(20.859)	(Aumento) em obrigações por empréstimos e repasses						
Créditos fiscais diferidos líquidos		11.052	11.224	3.035	11.034	2.698	Aumento (redução) em outras provisões, obrigações fiscais diferidas e outros passivos						
Participações nos lucros		(10.923)	(20.830)	(20.660)	(21.952)	(22.603)	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações						
Participações dos acionistas não controladores		-	-	-	(2)	(5)	Impostos de renda e contribuição social pagos						
Lucro líquido do semestre/exercício		51.455	84.357	93.770	84.357	93.770	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais						
Quantidade de ações no final do semestre/exercício	19	1.458.973.797	1.458.973.797	1.041.104.834			Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Lucro líquido por lote de mil ações no fim do semestre/exercício - R\$		35,27	57,82	90,07			Títulos e créditos a receber						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Consolidado		
	2º semestre de 2020	2020	2019
Lucro líquido do exercício	51.455	84.357	93.770
Participação dos não controladores	3	(2)	(5)
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	51.458	84.355	93.765
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	(829)	(1.028)	127
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.508)	(1.870)	231
Tributos sobre ajustes de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	679	842	(104)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	(829)	(1.028)	127
Resultado abrangente do período	50.629	83.327	93.892
Atribuível aos acionistas:			
Lucro líquido atribuível aos controladores	50.626	83.329	93.897
Lucro líquido atribuível aos não controladores	3	(2)	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2º Semestre de 2020	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		84.459	139.646	143.084	143.355
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos					
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		(84.383)	3.188	5.888	3.188
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		963	13.960	4.960	13.960
Depreciações e amortizações		812	1.653	1.617	4.453
Perda na alienação de imobilizado		68	84	170	317
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		6.698	6.671	(427)	4.084
Juros sobre instrumentos híbridos de capital		(44)	(311)	(229)	(311)
Resultado de participação em controladas		(3.859)	(10.485)	(9.172)	-
Lucro líquido ajustado no exercício		4.714	154.406	145.891	169.046
Variáveis nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(339.615)	(444.063)	1.397.445	(444.063)
Redução (aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos		5.540.869	10.124.005	(8.271.	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumu- lados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionis- tas não con- troladores	Total
	Subscrito	A inte- gralizar						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.168.974	-	46.375	(165)	-	1.215.184	89	1.215.273
Aumento de capital	170.000	(85.000)	-	-	-	85.000	-	85.000
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	127	-	127	-	127
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	93.770	93.770	5	93.775
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	-	4.688	-	(4.688)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(79.082)	(79.082)	-	(79.082)
Distribuição de juros ao capital	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.338.974	(85.000)	51.063	(38)	-	1.304.999	94	1.305.093
Aumento de capital	120.000	85.000	-	-	-	205.000	-	205.000
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(1.028)	-	(1.028)	-	(1,028)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	84.357	84.357	2	84.359
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	-	4.218	-	(4.218)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(70.139)	(70.139)	-	(70.139)
Distribuição de juros ao capital	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.458.974	-	55.281	(1.066)	-	1.513.189	96	1.513.285
Saldos em 30 de junho de 2020	1.338.974	-	51.063	(237)	-	1.422.702	99	1.422.801
Aumento de capital	120.000	-	-	-	-	120.000	-	120.000
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(829)	-	(829)	-	(829)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	51.455	51.455	(3)	51.452
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	-	4.218	-	(4.218)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(70.139)	(70.139)	-	(70.139)
Distribuição de juros ao capital	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.458.974	-	55.281	(1.066)	-	1.513.189	96	1.513.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco" ou "Instituição"), instituição financeira privada nacional, constituída de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996, está situado na Avenida Assis Brasil, 3940 em Porto Alegre/RS. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo ("Sicredi" ou "Sistema"), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo. Em 31 de dezembro de 2020, o Sistema está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.990 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais ("Centrais") - acionistas da Sicredi Participações S.A. - a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi e o Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda., a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. e a Administradora de Bens Sicredi Ltda. Em 12 de novembro de 2020 foi homologado pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul a extinção da Sicredi Cartões Ltda., por definição estratégica da Diretoria Executiva do Banco Cooperativo Sicredi S.A. controlador da empresa, os saldos ativos e passivos remanescentes ficaram a cargo do controlador. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. O Banco e o Rabo Partnerships B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em outubro de 2012, o Banco e a International Finance Corporation ("IFC"), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento. A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema e IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013. Em 31 de dezembro de 2020, o Rabo Partnerships B.V. e a IFC detêm, respectivamente, participação de 19,45% e 2,55% (Em dezembro de 2019 - 22,44% e 2,95%) das ações do Banco. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 41 e 46. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações do Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior. A aprovação destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2021. a) Critérios de consolidação: No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações dos acionistas não controladores. b) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em consonância com a Lei das Sociedades Anônimas e com os princípios de consolidação normalizados pelo BACEN e incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco e, integralmente, das seguintes controladas:

Empresa	Atividade	2020	2019
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Sicredi Cartões Ltda.	Sicredi Cartões	-	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

Em 12 de novembro de 2020 foi realizada a extinção da Sicredi Cartões Ltda., por definição estratégica da Diretoria Executiva do Banco Cooperativo Sicredi S.A., controlador da empresa. As operações antes realizadas por essa empresa passaram a ser conduzidas internamente pelas Cooperativas do Sistema e pela Confederação Sicredi. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual o Banco obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrup, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrup, são eliminados por completo. c) Moeda funcional: As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram: a) Auração do resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com vendas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) Títulos e valores mobiliários: Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados subseqüentemente da seguinte forma: *Títulos para negociação* - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento; *Títulos disponíveis para venda* - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; *Títulos mantidos até o vencimento* - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, descontando a possibilidade de venda desses títulos. e) Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição utiliza derivativos, como swaps e futuros de taxas de juros, swap de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN. As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Sicredi. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*, em casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua

natureza nas seguintes categorias: • *Hedge* de risco de mercado: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas devem ser registrados em contrapartida ao resultado do período da Instituição; • *Hedge* de fluxo de caixa: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da Instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, da parcela efetiva, em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários e demais variações em contrapartida ao resultado do período. O Sicredi não possui operações classificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo suas operações de *hedge accounting* classificadas como risco de mercado. Para os derivativos classificados na categoria de *hedge accounting* existe a identificação documental com as informações detalhadas das operações e os riscos envolvidos, a efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e/ou retrospectiva, bem como a marcação a mercado dos instrumentos e dos objetos de *hedge*, conforme determina a Circular nº 3.082/02. As operações com derivativos no mercado de futuro e opções são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas. f) Operações de crédito: Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, quando aplicável, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A provisão para perdas com operações de crédito e de câmbio é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes): Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. i) Investimentos: Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial. j) Imobilizado de uso: Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas no quadro abaixo, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Imobilizado	Taxa anual de depreciação	Taxa anual de depreciação
Edificações	4%	2 a 4%
Móveis, utensílios e instalações	10%	2 a 20%
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	20%	8 a 33%
Sistemas de transporte	20%	11 a 20%
Outras imobilizações	10%	8 a 10%

k) Intangível: Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% ao ano, pelo método linear. l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O imobilizado e outros ativos não circulantes,

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: a) Composição da carteira:

Nota	2020				2019			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira
Carteira própria								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	367.603	78.756	2.164.365	2.610.724	643.886	367.603	78.756	2.164.365
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	394.145	-	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	11.949	96.552	75.928	184.429	252.048	11.949	96.552	75.928
Fundos de investimento renda fixa	-	-	-	-	-	193.714	-	193.714
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	10.605	-	-	10.605
Vinculados ao Banco Central	-	-	-	-	85.699	-	-	85.699
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	85.699	-	-	85.699
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.902.002	2.012.687	2.952.739	8.867.428	1.718.596	3.902.002	2.012.687	2.952.739
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	8.850.573	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.b	4.295.436	5.226.669	5.629.704	15.151.809	4.489.150	5.226.669	5.629.704
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	46.196	-	-	46.196
Total - 2020		4.295.436	5.226.669	5.629.704	15.151.809	4.489.150	5.226.669	5.629.704
Total - 2019		909.433	7.609.741	4.677.556	13.196.730	1.087.760	7.609.741	4.677.556
Total circulante		-	-	-	9.522.105	-	-	9.522.105
Total não circulante		-	-	-	5.629.704	-	-	5.629.704

b) Classificação de títulos e valores mobiliários:

	Controladora		Consolidado	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Mantidos para negociação				
Sem vencimento	-	-	193.713	193.713
A vencer em até 12 meses	177.651	177.591	177.651	177.591
A vencer acima de 12 meses	11.510	11.481	11.510	11.481
Subtotal	189.161	189.072	382.874	382.785
Disponível para a venda				
A vencer em até 12 meses	7.600.780	7.599.770	7.600.780	7.599.770
A vencer acima de 12 meses	62.389	62.172	62.390	62.173
Subtotal	7.663.169	7.661.942	7.663.170	7.661.943
Mantidos até o vencimento				
A vencer em até 12 meses	1.744.744	1.744.258	1.744.744	1.744.258
A vencer acima de 12 meses	5.509.855	5.464.593	5.509.855	5.464.593
Subtotal	7.254.599	7.208.851	7.254.599	7.208.851
Total - 2020	15.106.929	15.059.865	15.300.643	15.253.579
Total - 2019	13.190.254	13.202.696	13.368.581	13.381.023

Com base no entendimento da Circular 3.068/01 do BACEN, os títulos registrados na categoria mantidos até o vencimento são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, enquanto os títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda são ajustados pelo valor de mercado. Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. No exercício de 2020 a Instituição reclassificou 23.300 LFT's da categoria "Disponível para venda" para a categoria "Mantidos até o vencimento" e 14.623 LFT's da categoria "Mantidos para Negociação" para a categoria "Mantidos até o vencimento", num montante total de R\$ 249.400 e R\$ 156.470, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020 as perdas não realizadas destes títulos totalizam R\$ 448 e R\$ 289, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 não havia perdas não realizadas destes títulos. Em 31 de dezembro de 2020, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 1.672 (Em dezembro de 2019 - R\$ 68 - Perda), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no valor de R\$ 1.066 (Em dezembro de 2019 - R\$ 38). Parte desse valor está registrado no resultado do exercício, tendo em vista a adoção da política de *hedge accounting*, conforme nota 7.c, no valor de R\$ 250. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de ajuste a valor de mercado de títulos classificados como mantidos para negociação registrado no resultado apresentou perda de R\$ 6.940 (Em dezembro de 2019 - R\$ 5.863). O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. Como as operações de CPRs só são realizadas com associados das coopera-

inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida no resultado do período em questão pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. m) Ativos e passivos em moeda estrangeira: Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio do Banco Central vigentes de acordo com as transações. As diferenças decorrentes de conversão de moeda são reconhecidas no resultado do período. n) Depósitos, obrigações por repasse e demais passivos financeiros: Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes): Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas. p) Créditos tributários, impostos e contribuições: As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporárias, às alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e 15% para a CSLL até dezembro de 2019, sendo que a partir de março de 2020 a alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi majorada para 20%. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do BACEN, a saber: *Ativos contingentes* são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; *Passivos contingentes* são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; *As obrigações legais* são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. r) Estimativas contábeis: As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. s) Plano de pensão - contribuição definida: O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. t) Resultado por ação: O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. u) Resultado recorrente e não recorrente: Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Disponibilidades	369.462	177.838
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.421.564	6.042.932

Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado				2019
	2020				
	Posição líquida dos contratos a vencer				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Compensação					
Contratos futuros	(60.533)	1.606.753	79.712	1.625.932	11.141.290
Contratos de swap	1.219	423	972.823	974.465	2.826
Contrato de opções	-	-	-	-	3.500
Total - 2020	(59.314)	1.607.176	1.052.535	2.600.397	-
Total - 2019	2.065.984	7.407.980	1.673.652	-	11.147.616
Contratos de swap					
Posição ativa	-	-	46.196	46.196	-
Posição passiva	(13)	(3)	(48.251)	(48.267)	(61)
Total - 2020	(13)	(3)	(2.055)	(2.071)	-
Total - 2019	(16)	(45)	-	-	(61)

	Controladora e Consolidado				2019
	2020				
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de mercado	Valor de mercado	
Contratos de futuros	1.625.932	514	-	-	-
Compromisso de compra	(548.864)	61	-	-	-
DI Futuro	(530.676)	49	-	-	-
DOL Futuro	(18.188)	13	-	-	-
WDO Futuro	-	(1)	-	-	-
Compromisso de venda	2.174.796	453	-	-	-
DI Futuro	2.045.957	37	-	-	-
DOL Futuro	120.428	377	-	-	-
WDO Futuro	8.411	39	-	-	-
Contratos de swap	974.465	(11.882)	(2.071)	(61)	-
Posição ativa	215.380	46.196	46.196	-	-
Moeda estrangeira	215.380	46.196	46.196	-	-
Posição passiva	759.085	(58.078)	(48.267)	(61)	-
Moeda estrangeira	759.085	(58.078)	(48.267)	(61)	-

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2020, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no ativo é de R\$ 545 (Em dezembro de 2019 - R\$ 487) e no passivo é de R\$ 31 (Em dezembro de 2019 - R\$1.239), no Banco e no consolidado. O resultado das operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$ 152.439 (Em dezembro de 2019 - perda de R\$ 56.159). Os títulos públicos dados em garantia para operações em bolsas, em 31 de dezembro de 2020, totalizam em posição patrimonial o montante de R\$ 196.462 (Em dezembro de 2019 - R\$ 131.350). A seguir são apresentados os valores referenciais, objetos e instrumentos financeiros referente as operações classificadas como hedge accounting risco de mercado.

	Controladora e Consolidado				2019
	2020				
	Valor referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
Hedge Risco de Mercado - Captações					
Instrumento de Hedge	757.443	(58.072)	(48.253)	-	-
Contratos de swap (a pagar)	757.443	(58.072)	(48.253)	-	-
Objetos de Hedge	757.443	703.931	713.750	-	-
Captações no mercado exterior	757.443	703.931	713.750	-	-

	Controladora e Consolidado				2019
	2020				
	Valor referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
Hedge Risco de Mercado - TVMs					
Instrumento de Hedge	-	1.841.045	1.841.045	-	-
Contratos de futuro	-	1.841.045	1.841.045	-	-
Objetos de Hedge	-	1.840.530	1.840.780	-	-
TVMs Disponíveis para Venda	-	1.840.530	1.840.780	-	-

Em 31 de dezembro de 2020 o Banco reclassificou do patrimônio líquido para o resultado do exercício o ganho de R\$ 250 referente ao ajuste da marcação a mercado sobre títulos disponíveis para venda. Foram realizados testes de efetividade prospectiva e retrospectiva sobre a carteira de hedge classificada como Risco de Mercado, em conformidade com o estabelecido na Circular 3.082/02 do Banco Central.

8. Operações de crédito, repasse interfinanceiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação:

	Controladora e Consolidado						2019
	2020						
	Nota	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	
Operações de crédito		252	541.099	2.400.052	11.544.683	14.486.086	11.690.545
Empréstimos e títulos descontados		9	102.750	306.028	1.581.068	1.989.855	945.148
Financiamentos		243	137.658	304.850	609.857	1.052.608	1.014.476
Financiamentos rurais e agroindustriais		-	292.269	1.768.894	8.789.632	10.850.795	9.383.784
Financiamentos imobiliários		-	8.422	20.280	564.126	592.828	347.137
Repasse Interfinanceiros		-	1.972.595	14.272.205	8.501.079	24.745.879	16.710.124
Repasse Interfinanceiros credito rural e outros recursos		-	1.972.595	14.272.205	8.501.079	24.745.879	16.710.124
Operações de câmbio		-	21.215	106.384	781	128.380	119.883
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	16.a	-	20.733	103.965	763	125.461	116.355
Rendas sobre adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	-	482	2.419	18	2.919	3.528
Outros instrumentos financeiros		-	1.450	99.375	-	100.825	103.497
Títulos e créditos a receber	9	-	1.450	99.375	-	100.825	103.497
Total - 2020		252	2.536.359	16.878.016	20.046.543	39.461.170	-
Total - 2019		920	2.099.608	14.409.013	12.114.508	-	28.624.049
Total circulante		-	-	-	-	-	19.414.627
Total não circulante		-	-	-	-	-	16.509.541

Títulos e créditos a receber referem-se aos valores captados junto a IFC sob forma de dívida subordinada em março de 2013 e foram conforme Nota 16c, repassados para as cooperativas filiadas ao Sistema Sicredi, com mesmo vencimento e remuneração, inclusive contendo cláusula de subordinação. b) Composição da carteira de créditos por nível de risco: Conforme o disposto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, incluindo as operações de câmbio no valor de R\$ 128.380 (Em dezembro de 2019 - R\$ 119.883) e outros créditos com característica de crédito no valor de R\$ 100.825 (Em dezembro de 2019 - R\$ 103.497), distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.682/99:

	Controladora e Consolidado						2019
	Provisão para operações de crédito, de câmbio e de outros créditos						
	% Mínimo	% Adicional	Carteira 2020	Carteira 2019	Mínimo 2020	Adicional 2020	
Níveis de risco							
AA	0,00	0,02	37.686.469	27.593.407	-	7.539	-
A	0,50	0,00	1.445.314	1.008.592	7.226	-	5.043
B	1,00	0,76	327.221	13.941	3.272	2.469	139
C	3,00	0,00	382	5.291	11	-	159
D	10,00	0,00	179	1.146	18	-	115
E	30,00	0,00	117	503	35	-	151
F	50,00	0,00	77	336	39	-	168
G	70,00	0,00	13	99	9	-	69
H	100,00	0,00	1.398	734	1.397	-	734
Total			39.461.170	28.624.049	12.007	10.008	6.578

A partir de dezembro de 2020 foram adotados para a carteira de crédito do Banco, percentuais de provisão para os ratings AA e B superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN 2.682/99. A revisão desses percentuais tem como objetivo manter a provisão dessas carteiras em um nível mais próximo ao cálculo de perda esperada proposto por IFRS 9, além de atender às estratégias do Banco face às incertezas econômicas do atual momento. c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento:

	Controladora e Consolidado						2019
	2020						
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Total da carteira	
Setor privado							
Rural	-	293.394	1.772.702	8.809.675	10.875.771	9.401.769	-
Indústria	6	36.708	103.212	161.155	301.081	232.073	-
Comércio	69	93.662	219.399	553.234	866.364	494.867	-
Intermediação financeira	-	1.960.383	14.202.122	6.963.212	23.125.717	17.336.936	-
Outros serviços	32	88.310	406.080	2.589.841	3.084.263	444.740	-
Pessoas físicas	146	55.479	154.221	405.300	615.146	366.527	-
Habituação	-	8.422	20.280	564.126	592.828	347.137	-
Total - 2020	253	2.536.358	16.878.016	20.046.543	39.461.170	-	-
Total - 2019	920	2.099.608	14.409.013	12.114.508	-	28.624.049	-

Parte do saldo considerado como intermediação financeira refere-se aos repasses interfinanceiros de crédito rural entre o Banco e as Cooperativas filiadas ao Sistema Sicredi, em 31 de dezembro de 2020. Os repasses totalizaram em 31 de dezembro de 2020 R\$ 22.946.923 (2019 - R\$ 16.707.368). d) Concentração das operações de crédito:

	Controladora e Consolidado				2019
	2020				
	10 maiores devedores	50 devedores seguintes	100 devedores seguintes	Demais	
Total	39.461.170	100,00	28.624.049	100,00	-

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	Controladora e Consolidado				2019
	2º semestre de 2020				
	Saldo inicial	Constituição de provisão	Créditos renegociados anteriormente baixados para prejuízo	Créditos baixados prejuízo	
Saldo inicial	21.217	6.578	1.755	-	-
Constituição de provisão	-	963	13.960	4.960	-
Créditos renegociados anteriormente baixados para prejuízo	-	-	2.000	-	-
Créditos baixados prejuízo	-	(165)	(523)	(137)	-
Saldo final	22.015	22.015	6.578	-	-

A maioria dessas operações possuem garantias reais, além de estarem garantidas pelas Cooperativas de Crédito conveniadas ao Sistema Sicredi. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo totalizaram o montante de R\$ 3.728 (Em dezembro de 2019 - R\$ 2.820) e foram registradas como "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 2.000 (Em dezembro 2019 - R\$ 0).

f) Resultado com operações de crédito e repasses interfinanceiros:

	Controladora e Consolidado				2019
	2º Semestre de 2020				
	Repasses interfinanceiros	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	
Repasses interfinanceiros	482.963	1.193.298	1.043.493	-	-
Empréstimos	105.071	162.034	81.936	-	-
Financiamentos	28.047	96.082	90.961	-	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	295.694	567.258	484.006	-	-
Financiamentos habitacionais	19.592	35.915	22.767	-	-
Subtotal	931.367	2.054.587	1.723.163	-	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.536	3.728	2.820	-	-
Total	934.903	2.058.315	1.725.983	-	-

9. Outros ativos financeiros

	Controladora e Consolidado				2019
	2020				
	2020	2019	2020	2019	
Transações de pagamento	1.230.426	931.350	1.230.426	931.350	-
Carteira de câmbio	170.996	214.320	170.996	214.320	-
Negociação e intermediação de valores	545	487	545	487	-
Títulos e créditos a receber	100.825	4.122	100.825	4.122	-
Operações com cartão de crédito	3.635.383	2.563.176	3.635.383	2.571.309	-
Total circulante	5.138.175	3.713.455	5.138.175	3.721.588	-
Títulos e créditos a receber	-	99.375	-	99.375	-
Total não circulante	-	99.375	-	99.375	-
Total	5.138.175	3.812.830	5.138.175	3.820.963	-

As transações de pagamento referem-se a valores a receber dos emissores sobre a intermediação de operações realizadas com cartões de crédito e de débito. Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores captados junto a IFC sob forma de dívida subordinada. As operações com cartão de crédito referem-se aos saldos da agenda financeira de emissão a receber das Cooperativas, bem como eventuais chargebacks e valores a reprocessar das operações de aquisição.

10. Outros ativos:

	Controladora e Consolidado				2019
	2020				
	Nota	2020	2019	2020	
Devedores por convênios		711	2	711	2
Adiantamentos e antecipações salariais		3.034	2.617	3.063	2.640
Impostos e contribuições a compensar		1.962	650	11.746	20.514
Compensação interna		85	-	85	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta		15	27	16	137
Pendências a regularizar		1.234	3.148	1.243	3.154
Repasse a regularizar		78	233	78	233
Rendas a receber		56.638	55.551	57.268	65.708
Despesas antecipadas		3.174	666	3.181	674
Portabilidade de crédito ativa		6.406	2.194	6.406	2.194
Aluguel máquina Sicredi a receber		8.760	-	8.760	-
Outros		8.199	10.431	10.753	14.729
Total circulante		90.296	75.519	103.310	109.985
Despesas antecipadas		9.023	-	9.023	-
Devedores por depósitos em garantia	17	24.199	18.889	24.316	22.032
Total não circulante		33.222	18.889	33.339	22.032
Total		123.518	94.408	136.649	132.017

Rendas a receber referem-se aos valores da taxa de administração de fundos e spread a receber. Despesas antecipadas classificadas no ativo não circulante referem-se aos valores da apropriação dos custos de transação das operações de captações internacionais.

11. Participações em controladas no País: Apresentamos abaixo os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas controladas Sicredi Cartões Ltda. (Sicredi Cartões), Corretora de Seguros Sicredi Ltda. (Corretora de Seguros), Administradora de Bens Sicredi Ltda. (Administradora de Bens) e Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. (Administradora de Consórcios):

	Controladora				Corretora de Seguros				Administradora de Bens				Administradora de Consórcios				Total	
	20																	

Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Transações de pagamento referem-se aos pagamentos que serão realizados aos credenciadores, relativos à agenda financeira da emissão. Operações com cartão de crédito referem-se aos pagamentos que serão realizados aos estabelecimentos comerciais e demais parceiros, relativos à agenda financeira da aquisição. a) Carteira de câmbio:

Controladora e Consolidado		2020		2019	
Câmbio vendido a liquidar	6.146	52.695			
Obrigações por compra de câmbio	163.551	164.586			
Adiantamentos de contratos de câmbio	(124.698)	(116.355)			
Total circulante	44.999	100.926			
Adiantamentos de contratos de câmbio	(763)				
Total não circulante	(763)				
Total	44.236				

b) Instrumentos híbridos de capital e dívida: Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais filiadas ao Sistema Sicredi no montante de R\$ 52.400, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI - Cetip Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela B3. Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário - RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela B3. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos. A captação encontra-se assim distribuída entre as Cooperativas Centrais:

Controladora e Consolidado		Valor atualizado		2020		2019	
Central Sicredi Sul/Sudeste	138.580	138.772					
Central Sicredi PR/SP/RJ	56.331	56.409					
Central Sicredi MT/PA/RO	25.274	25.309					
Central Sicredi Brasil Central	4.284	4.290					
Total	224.469	224.780					

c) Dívida subordinada: Em 07 de fevereiro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.444/07 o Banco efetuou operação de captação junto à IFC, banco financeiro do Banco Mundial. A captação de recursos no exterior no valor de R\$ 99.375, com vencimento em dezembro de 2021, possui remuneração anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado da dívida subordinada junto à IFC é de R\$ 100.825 (Em dezembro de 2019 - R\$ 103.497). Este instrumento possui cláusulas restritivas de dívida (covenants). Estas incluem, entre outras, cláusulas de manutenção de certos índices financeiros, apurados trimestralmente. O descumprimento destas cláusulas implica no acréscimo à remuneração anual de 2% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco está em conformidade com as cláusulas do referido contrato. 17. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: O Banco é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registrados na rubrica "Provisões" e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Trabalhista	Provável	21.783	17.370	21.908	19.871
Cível	Provável	6.193	3.935	6.221	4.174
Total não circulante		27.976	21.305	28.129	24.045

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possuía também processos cíveis, tributários e trabalhistas cuja probabilidade de perda é possível na Controladora no montante de R\$ 39.184 (Em dezembro de 2019 - R\$ 38.970) e no Consolidado no montante de R\$ 40.513 (Em dezembro de 2019 - R\$ 40.731). A movimentação da provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	21.305	22.266	24.045	26.159
Constituição (reversão) de provisão	6.671	(427)	4.084	(1.162)
Baixa por pagamento	—	(534)	—	(952)
Saldo final	27.976	21.305	28.129	24.045

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos judiciais relacionados aos riscos supracitados contemplam o montante de R\$ 24.199 (Em dezembro de 2019 - R\$ 18.889) e R\$ 24.316 (Em dezembro de 2019 - R\$ 22.032), na Controladora e no Consolidado, respectivamente, registrados na rubrica de "Outros ativos".

18. Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	580	1.053	580	1.053
Dividendos a pagar	70.139	79.081	70.139	79.081
Outras sociais e estatutárias	8.538	8.544	8.538	8.544
Fiscais e previdenciárias	30.145	19.040	40.868	29.670
Pendências a regularizar	5.600	28	6.041	462
Credores diversos	80.990	30.753	86.862	35.030
Cheque administrativo	—	14	—	14
Obrigações por convênios oficiais	13.106	10.453	13.106	10.453
Credores por convênios INSS	387	266	387	266
Provisão para garantias financeiras prestadas	283	891	283	891
Credores por convênios	—	21	—	21
Contas a pagar - empresas do grupo	85.516	52.605	141.200	103.603
Provisão para pagamentos a efetuar	11.094	11.982	12.216	13.925
Demais fornecedores	8.802	6.419	9.914	7.505
Total circulante	315.180	221.150	390.134	290.518
Provisão para pagamentos a efetuar	52.693	48.619	53.316	49.519
Total não circulante	52.693	48.619	53.316	49.519
Total	367.873	269.769	443.450	340.037

Dividendos a pagar referem-se aos valores apurados referente ao exercício de 2020 para os acionistas Sicredi Participações, Rabo Partnerships B.V. e a IFC. Obrigações por convênios oficiais referem-se aos valores recebidos do INSS para pagamento de benefícios previdenciários mensais. Credores por convênios referem-se aos valores a repassar às Cooperativas, relativos ao convênio firmado com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pela prestação de serviços bancários de recolhimento de contribuições e pagamento de benefícios previdenciários e valores a pagar relacionados a convênios com processadora de cartões de crédito e outros serviços intermediados pelo banco. Contas a pagar - empresas do grupo referem-se aos valores da remuneração da distribuição dos produtos do Banco pelas cooperativas integrantes do Sicredi. Provisão para pagamentos a efetuar referem-se aos valores de provisões de folha de pagamento e valores de spread de operações do BNDES a pagar. 19. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 1.458.974 (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.253.974), representado por 1.000.995.233 ações ordinárias (Em dezembro de 2019 - 829.972.447), 249.548.540 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (Em dezembro de 2019 - 249.548.540) e 32.782.343 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (Em dezembro de 2019 - 32.782.343). Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2019 foi autorizado o aumento do Capital Social em R\$ 170.000 mediante emissão de 142.396.992 ações ordinárias. Sendo integralizado o valor de R\$ 85.000 em 22 de novembro de 2019 e o restante integralizado em 26 fevereiro de 2020 data da homologação junto ao Bacen. Na reunião do conselho de administração realizada em 24 de setembro de 2020 foi autorizado o aumento do Capital Social em R\$ 120.000 mediante emissão de 99.824.290 ações ordinárias. Sendo integralizado o valor em 12 de novembro de 2020 data da homologação junto ao Bacen. As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A. As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão *pari passu* com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, *pari passu* com as ações preferenciais Classe A.

Ações	31/12/2019		Movimentação do período		31/12/2020	
	Saldo	Integralização	Saldo	Integralização	Saldo	Integralização
Ordinária	829.972.447	—	1.000.995.233	—	1.000.995.233	—
Preferencial Classe A	249.548.540	—	249.548.540	—	249.548.540	—
Preferencial Classe B	32.782.343	—	32.782.343	—	32.782.343	—
Total	1.112.303.330	—	1.283.326.116	—	1.283.326.116	—

a) Reserva de lucros: Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76. b) Dividendos: Conforme estatuto social da Instituição, o lucro líquido verificado, após as destinações legais e estatutárias, será totalmente distribuído aos acionistas. Na reunião da Diretoria realizada no dia 21 de dezembro de 2020, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2020 no valor de R\$ 84.357, sendo R\$ 21.089 via dividendos mínimos e R\$ 59.050 via dividendo adicional. Deste montante, R\$ 10.000 serão pagos via juros sobre capital próprio imputado ao dividendo mínimo obrigatório e R\$ 70.139 via dividendos. 20. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL: As provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota de 20% a partir de março de 2020 e as provisões para Imposto de Renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado após a participação nos lucros, juros ao capital e antes da tributação sobre o lucro IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais de 45% (2019 - 40%)	139.646	143.084	143.355	147.472
Exclusões/(Adições)	(62.841)	(57.234)	(64.510)	(58.989)
Permanentes	—	—	—	—
Resultado de participações em controladas	4.718	3.669	—	—
Incentivos fiscais	2.529	1.760	2.736	1.903
Constituição de PPR diretores	(1.518)	(1.502)	(1.518)	(1.502)
Honorários diretores	(211)	—	(211)	—
Reversão IR e CSLL do exercício anterior	13	43	13	43
Brindes, doações e patrocínios	(841)	(557)	(895)	(588)
Juros sobre capital próprio	4.500	—	4.500	—
Reversão de títulos baixados para prejuízo	—	4.000	—	4.000
Efeito da majoração da alíquota	—	—	2.492	240
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	1.529	683	1.529	683
Outras movimentações permanentes	(667)	—	(667)	—
Adicional IR	24	(200)	67	(105)
Outros	455	24	447	34

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Subtotal	10.531	7.920	8.493	4.708
Temporárias				
Reversão de PPR pessoal	15	2.643	58	2.612
(Provisão) de PPR diretores	(48)	(2.639)	(48)	(2.639)
(Provisão) para operações de crédito	(6.282)	(1.984)	(6.282)	(1.984)
Reversão de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.740)	189	(1.614)	581
Ajuste de títulos marcados a mercado	(5.450)	(1.899)	(5.450)	(1.899)
Outros provisões de incentivos	(2)	500	(2)	500
Reversão de títulos baixados para prejuízo	258	840	258	840
Depreciação	—	—	21	16
Efeito da alteração de alíquota de CSLL/outros	(500)	(685)	(500)	(685)
Outros	(454)	—	(454)	(40)
Subtotal	(14.203)	(3.035)	(14.013)	(2.698)
IRPJ corrente	(37.159)	(32.619)	(39.679)	(35.536)
CSLL corrente	(29.354)	(19.730)	(30.351)	(20.859)
Constituição de créditos tributários	11.224	3.035	11.034	2.698
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(55.289)	(49.314)	(58.996)	(53.697)
Alíquotas efetivas	40%	45%	44%	47%

O efeito da majoração da alíquota é referente ao diferencial de alíquota para os demais empresas não financeiras, nas quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%. O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para a empresa Banco, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 20% para 15% a partir de janeiro de 2019 e retomando para 20% a partir de março de 2020. O efeito do diferencial é aplicado sobre o saldo do ativo e passivo para o diferido em proporção das alíquotas para contribuição social corrente. O saldo contido na linha de outros refere-se a prejuízo fiscal da controlada Administradora de Bens e a renegociação de títulos baixados para prejuízos que foram tributados na liquidação. b) Tributos diferidos ativos e passivos: i. Composição dos tributos diferidos: Os saldos de créditos tributários diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e dezembro de 2019, já consideradas as alíquotas fiscais em 2020 de 25% (Em dezembro de 2019 - 25%) para o Imposto de Renda e 20% em 31 de dezembro de 2020 (Em dezembro de 2019 - 15%) para a Contribuição Social vigentes, registrados nas rubricas "Créditos Tributários" no ativo e "Obrigações Fiscais Diferidas" no passivo apresentam-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Diferenças temporárias - Ativo Fiscal Diferido				
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	12.589	9.396	12.641	10.327
Provisões de PLR e PPR	10.330	13.284	10.660	13.884
Provisão para perdas em ativos	9.564	3.066	9.564	3.066
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	6.556	3.200	6.556	3.200
Outras provisões	2.119	2.343	2.178	2.404
Total	41.158	31.289	41.599	32.881

Diferenças temporárias - Passivo Fiscal Diferido

Controladora		Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	—	(2.944)	—	(2.944)
Depreciação/amortização	—	—	(670)	(650)
Total	—	(2.944)	(670)	(3.594)

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de 2,66% (Em dezembro de 2019 - 4,09%), apurada com base na taxa média dos títulos públicos e das operações de crédito em carteira, monta a R\$ 39.716 (Em dezembro de 2019 - R\$ 29.447). Não existem créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. ii. Período estimado de realização: Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2020	—	22.900	—	24.476
2021	24.828	3.988	25.269	3.988
2022	5.603	3.135	5.603	3.136
2023	8.683	1.266	8.683	1.281
2024	2.044	—	2.044	—
Total	41.158	31.289	41.599	32.881

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ocorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Instituição e o resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Instituição. iii. Movimentação no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	31.289	26.719	(2.944)	(1.304)
Tributos diferidos constituídos	19.680	9.722	2.944	(2.638)
Tributos diferidos realizados	(9.811)	(5.152)	—	998
Saldo no final do exercício	41.158	31.289	—	(872)

21. Saldos e transações com partes relacionadas: Instituições relacionadas/Sistema de Crédito Cooperativo - (Sicredi) Conforme detalhado no contexto operacional (nota 1), o Banco foi criado para atender às necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sistema Sicredi:

	Controladora	
	2020	2019
Ativo	30.472.314	19.979.456
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.797.472	163.635
Repasse interfinanceiros	24.745.879	16.707.830
Operações de crédito	458.279	526.082
Rendas a receber	14.249	11.184
Títulos e créditos a receber	100.825	103.497
Outros créditos - diversos	3.528.317	2.467.228
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.597)	—
Passivo	14.586.509	17.548.398
Depósitos à vista	82.865	80.630
Depósitos interfinanceiros	1.758.309	2.105.118
Captações no mercado aberto - carteira própria	10.686.961	8.813.111
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	1.665.414	6.200.329
Sociais e estatutárias	78.678	65.567
Outras obrigações - diversas	89.813	58.863
Instrumentos híbridos de capital e dívida	224.469	224.780

Receitas

Controladora		Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Operações de crédito	1.289.157	994.457	1.289.157	994.457
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.128.912	866.008	1.128.912	866.008
Receitas de prestação de serviços	24.990	4.375	24.990	4.375
Outras receitas operacionais	21.379	24.734	21.379	24.734
Despesas				

Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de: • Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição; • Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital. Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas agências competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem: • Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital; • Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente; • Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos; • Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital; • Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração; e) Risco de crédito: A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras. No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõe o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi. As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente. f) Risco de Segurança da Informação: O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação. No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio. g) Informações adicionais: A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós/Relatórios e Políticas/Gestão de Riscos". **30. Análise de sensibilidade:** Em atendimento as exigências do art. 35 da Resolução Bacen nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição

destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, que pode ocorrer nos principais itens de balanço: • Resultado da intermediação financeira: considerando uma redução da aplicação de recursos das Cooperativas no Banco, a redução de disponibilidade de *funding* e a redução pela procura de crédito por parte dos Associados e Cooperativas; • Carteira de crédito - aumento da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito: aumento considerando a migração do porte das Cooperativas e a qualidade da carteira de crédito; • Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possível aumento visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia; • Créditos tributários: aumento resultante das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos. O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cenários		
Resultado da intermediação financeira		
Redução de 5%	Redução de 10%	Redução de 15%
(53.793)	(107.586)	(161.380)
Carteira de crédito - aumento da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
Piora de 20%	Piora de 30%	Piora de 40%
(4.403)	(6.605)	(8.806)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		
Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
(2.798)	(5.595)	(8.393)
Impacto nos créditos tributários		
Aumento de 10%	Aumento de 20%	Aumento de 30%
4.116	8.232	12.347

31. Índices de Basileia e de imobilização: As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	Controladora e Consolidado 2020	Controladora e Consolidado 2019
Patrimônio de Referência (PR)	1.737.088	1.361.461
Nível I (NI)	1.737.088	1.361.461
Capital Principal (CP)	1.512.619	1.218.967
Capital Social	1.458.976	1.168.976
Reservas de Capital	55.287	51.068
Lucros acumulados	(1.066)	-
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(578)	(38)
Ajustes Prudenciais	-	(1.039)
Capital Complementar (CC)	224.469	142.494
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	224.469	224.780
Dedução de investimento em outras entidades	-	(82.286)
Nível II (NII)	-	-
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	-	20.699

Diretoria

João Francisco Sanchez Tavares
Diretor Presidente

César Gioda Bochi
Diretor Vice-Presidente e Executivo de Administração

Gustavo de Castro Freitas
Diretor Executivo de Crédito

Cidmar Luis Stoffel
Diretor Executivo de Produtos e Negócios

Júlio Pereira Cardozo Junior
Diretor Executivo de Riscos

Ricardo Green Sommer
Diretor de Administração Rec. Terceiros

Contador

Eduardo Netto Sarubbi - CRC-RS 060899/O-8 - CPF 694.157.650-20

Parecer do Conselho Fiscal

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Porto Alegre - RS. O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo Sicredi S.A., CNPJ/MF nº 01.181.521/0001-55, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas e recomenda sua aprovação.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2021

Marcos André Balbinot - Coordenador

João Bezerra Junior - Secretário

Clemente Renosto - Membro

Juares Antonio Cividini - Membro

Zeir Ascari - Membro

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução: O Comitê de Auditoria é o órgão instituído estatutariamente por meio da Assembleia Geral Extraordinária do Banco Cooperativo Sicredi S.A. realizada em 18 de dezembro de 2007, em conformidade com os normativos do Banco Central do Brasil, sendo composto por três diretores da instituição, sem mandato fixo enquanto diretores da instituição. De acordo com o estabelecido em Regulamento próprio, compete ao Comitê, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, revisar as demonstrações contábeis semestrais do Banco Cooperativo Sicredi S.A. sob o aspecto de qualidade e integridade, zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos, avaliar a atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna, zelando pelo cumprimento dos planos de ação adotados para cumprimento às recomendações dos auditores. **Atividades exercidas no período:** O Comitê reuniu-se 4 vezes durante o segundo semestre de 2020, estando as atas destas reuniões arquivadas e à disposição da Diretoria e do Banco Central do Brasil. Os assuntos tratados nas reuniões do Comitê foram apresentados aos demais Diretores do Banco Cooperativo Sicredi S.A. nas reuniões da Diretoria Executiva ocorridas nos dias 25 de agosto de 2020, 06 e 14 de outubro de 2020, e 04 de janeiro de 2021. Foram analisadas as demonstrações contábeis da data-base 31 de dezembro de 2020 assim como, elaborados e aprovados, o Relatório do Comitê de Auditoria, relativo às atividades desenvolvidas no semestre até a data-base, e o presente Resumo. As análises do Comitê basearam-se nas informações recebidas da Diretoria, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos

e de controles internos e nos seus próprios julgamentos decorrentes de observação direta. **Controles Internos e Gerenciamento de Riscos:** O Comitê avaliou aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos e vem acompanhando os esforços da Organização acerca da implantação de melhorias nas respectivas estruturas e processos. Com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco Cooperativo Sicredi S.A. Com base nos trabalhos da Auditoria Interna, nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa e nas informações trazidas ao seu conhecimento pelas áreas responsáveis, o Comitê avaliou o sistema de controles internos da Organização como adequado ao porte e a complexidade de seus negócios. Os controles internos estão estruturados de modo a garantir a observância às normas internas e externas aplicáveis e a eficiência das operações e sistemas que geram os relatórios financeiros da Organização. **Irregularidades, Falhas ou Fraudes:** O Comitê não recebeu qualquer denúncia de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, nem de falhas, fraudes ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da Organização ou repercutir nas suas demonstrações contábeis. **Auditoria Externa:** O Comitê avalia como satisfatório o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Ernst & Young, os quais suportam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Durante suas reuniões com os auditores externos, o Comitê discutiu os resultados de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes. O Comitê considerou que os trabalhos e as recomendações propostas pela auditoria externa foram adequados ao porte e complexidade

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2021

O Comitê de Auditoria

João Francisco Sanchez Tavares - Diretor - Membro Qualificado

Júlio Pereira Cardozo Júnior - Diretor - Membro

César Gioda Bochi - Diretor - Membro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020 do BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Operações de crédito, repasses interfinanceiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto de operações de crédito e repasses interfinanceiros de crédito rural totaliza o montante de R\$ 39.461.170 mil, para os quais foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 22.015 mil, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi reconhecida, em base líquida, despesa para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 13.960 mil. A administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Consideramos este processo como um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito e de repasses interfinanceiros, sujeitas à avaliação de perdas; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito e de repasses interfinanceiros considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito e repasses; (iv) correlação das operações de repasses interfinanceiros com as condições e valores dos recursos captados na forma de obrigações por repasse; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias. Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria. Adicionalmente

realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito e repasses interfinanceiros, testes relativos a análise da documentação que substancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recalculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos "ratings" atribuídos, análise de garantias recebidas, confirmação de saldo para validação da existência das operações de crédito e repasses interfinanceiros selecionadas, recalculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recalculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo as análises preparadas pela administração do Banco sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito, repasses interfinanceiros de crédito rural e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para apuração e registro contábil dessas operações, assim como as divulgações efetuadas na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Ambiente de tecnologia da informação: As operações do Banco, em razão de volume e complexidade, são altamente dependentes do funcionamento adequado da estrutura de tecnologia da informação de seus sistemas. Desta forma, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas nos testes de controle gerais de tecnologia para os processos de gestão de mudança e gestão de acessos referente aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria. Transações com parte relacionadas: O Banco é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicredi e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com essas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das políticas e procedimentos que o Banco possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal, por parte da administração, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas do Banco e de suas controladas. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, para validar a existência, valorização e competência dos saldos registrados, bem como as eliminações de seus efeitos, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Com base nos exames efetuados, confirmamos que as transações com partes relacionadas seguem condições de mercado. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 20, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração, na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

	Controladora e Consolidado 2020	Controladora e Consolidado 2019
Limites operacionais		
Dedução de investimento em outras entidades	-	(20.699)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.487.241	9.268.021
Risco de Crédito	10.469.187	7.529.846
Risco de Mercado	59.233	67.870
Risco de Operacional	1.958.821	1.670.305
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	86.054	93.667
Margem de Capital¹	495.964	294.653
Índice de Basileia (PR/RWA)	13,9%	14,7%
Capital Nível I (NI/RWA)	13,9%	14,7%
Capital Principal (CP/RWA)	12,1%	13,2%
Capital Complementar (CC/RWA)	1,8%	1,5%
Situação de Imobilização (Imob)	96.230	133.070
Índice de Imobilização (Imob/PR)	5,5%	9,8%

¹ Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal. **32. Bancos correspondentes:** Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação. **33. Compromissos, garantias e outras responsabilidades:** a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades:

	Controladora e Consolidado 2020	Controladora e Consolidado 2019
Créditos abertos a Exportação		
Câmbio a contratar	1.350	-
Coobrigação por garantias prestadas		
Beneficiários de garantias prestadas	119.885	86.146
Depositários de valores em custódia/garantia	6.004.567	5.840.543
Títulos em cobrança	26.662.125	22.529.079
Os beneficiários de garantias prestadas corresponde basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos a terceiros em moeda nacional. Os depositários de valores em custódia/garantia referem-se aos valores de títulos de terceiros custodiados na B3 e no SELIC. Os títulos em cobrança representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país. b) Outras garantias:		
Controladora e Consolidado		
2020		2019
196.462		131.350

Margem garantia B3

34. Cobertura de seguros: O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela administração do Banco, que considera suficiente para cobrir eventuais riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2021



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Américo F. Ferreira Neto
Contador - CRC-1SP192685/O-9